



## *Breve discussão sobre a avaliação e sua prática*

**José Rivamar de Andrade**

Professor, graduado em Letras e especialista em Língua, Linguística e Literatura pelas Faculdades Integradas de Patos, aluno do curso de Mestrado Internacional em Educação, pela Florida Christian University (USA)

**Resumo:** Com este trabalho de pesquisa, objetivou-se discorrer acerca do tema avaliação, tendo em vista ser um tema polêmico e determinante no processo ensino aprendizagem. Buscando-se compreender as concepções dos professores e seus conhecimentos fundamentais no tocante a avaliação, compreendendo-se que este tema é bastante pesquisado por estudiosos buscando mudanças, mas percebendo-se a dicotomia entre teoria e prática, considera-se que o conhecimento que os professores de hoje asseguram ter, não condiz com práticas utilizadas pelos mesmos. Portanto, compreende-se que prática e conhecimentos estão interligados à filosofia que o educador tem acerca do que seja: homem, mundo e sociedade.

**Palavras-chave:** Filosofia. Dicotomia. Conhecimento. Ação.

## *Brief discussion on the evaluation and your practice*

**Abstract:** With this work of research action, it was objectified to know and to in view of being an controversial and determinative subject in the process education learning. Searching to understand the basic conceptions of the professors and its knowledge in regards to evaluation, being understood itself that this subject sufficiently is searched by studios searching changes, but perceiving it dichotomy between practical theory and, considers that the knowledge that the professors assure to have not condiz with practical used for the same ones. Therefore it is understood that practical and knowledge are linked the philosophy that the educator has concerning whom he is: man, world and society.

**Keyword:** Philosophy. Dichotomy. Knowledge. Action.

### **1 Introdução**

Partindo da concepção de que avaliação tem sido e ainda é um dos grandes entraves no processo ensino aprendizagem por ser a avaliação o fantasma da prática tradicional, que até hoje assombra a nossa prática educativa, é que se pode perceber que é essencial e urgente o repensar do significado da ação avaliativa.

Diante disso e ciente da importância de compreender a avaliação, numa dimensão bem mais abrangente, optou-se por se trabalhar este tema com objetivo de expor fundamentos que vêm focalizando sua abrangência nas últimas décadas, tornando-se objeto de estudos e discursos por parte de teóricos e educadores na perspectiva de inovar e modificar a prática pedagógica da avaliação como medida de conhecimento que promove ou reprove.

Pensa-se que a avaliação tem muito haver com a filosofia da escola e do professor, principalmente como este professor vê a vida, a escola o educando, a sociedade.

E preciso repensar a escola; o currículo, a postura do educador.

A avaliação escolar hoje só faz sentido se tiver o intuito de buscar caminhos para a melhor aprendizagem, caso não haja tais mudanças concebemos assim como Hoffmann (2006, p. 80) que: “à medida que nossa postura permanecer a mesma revelamos que não houve compreensão dos erros ou descobertas das razões que nos levaram a cometê-la”.

Para que a avaliação sirva à aprendizagem é essencial conhecer cada aluno e suas necessidades. Assim o aluno poderá pensar em caminhos para que todos alcancem seus objetivos. Acredita-se na relevância deste trabalho, tendo em vista os altos índices de reprovação e exclusão.

### **2 Revisão de Literatura**

#### **2.1 Conceitos, atuação e postura do educador**

A grande influência na avaliação predominante nos dias de hoje, desde os anos de

1960, provêm de teorias norte-americanas do estudioso Ralph Tyler. Ele propunha a avaliação por “objetivos”. De acordo com esse modelo, o processo se resume a verificar mudanças comportamentais dos alunos. Hoje o que se vê dessa influência é a prática de o professor estabelecer objetivo e verificar, por meio de teste, se foram atingidos.

Nos anos de 1967 surge a idéia da avaliação formativa, como complemento da somativa e teve grande impacto no Brasil na década seguinte.

Como essa teoria do também norte-americano Michael Scriven é que passamos a compreender que a avaliação não deve ter como função determinar se o aluno será aprovado ou reprovado.

Podemos perceber através de breve histórico da avaliação que nossa forma de avaliar é um reflexo da cultura e realidades que não pertencem a esta classe, mas que permite a sua apropriação, sem sequer compreender qual a sua função no processo ensino aprendizagem.

Para uma melhor compreensão, passa-se a apresentar, a seguir, alguns dados referentes ao processo avaliativo, em suas minúcias. A avaliação está na vida do ser humano desde o momento do seu nascimento: ao serem observados na maternidade, comparados com o pai e a mãe, quando são pesados e fotografados periodicamente, quando se balbucia as primeiras palavras, todos são observados e, conseqüentemente, avaliados.

Na educação não é diferente, diferencia sim o resultado dessa observação afasta-se a afetividade naturalidade do processo, e passa-se a cobrar, delimitar normas e regras a serem alcançadas.

Nesse sentido comunga-se com Hoffmann (2006, p.16) quando afirma: “Cada tarefa significa um estágio de sua evolução do seu desenvolvimento e, portanto, não há como soma-la ou calcular médias. Elas completam-se, interpenetram-se como material importante as ações posteriores (...)”.

Tal pensamento revigora ainda mais a certeza de que se deve avaliar numa perspectiva de construção jamais de soma, pois, cada etapa da vida desempenhada são formas de conhecimento adquirido e de formação de um ser, na sua totalidade. Portanto a avaliação é um caminho que se trilha, vivencia e contribuindo para uma construção coletiva do ser e da sociedade que lhe é comum. A avaliação necessariamente não está atrelada às notas ou “provas”, mas à partilha da vida.

Para que haja uma avaliação é necessário que haja um temor referente aos seguintes princípios: O que avaliar e para que avaliar, como avaliar e qual o objetivo dessa avaliação. Tal pensamento é confirmado por Demo (2005, p.9) quando afirma:

É preciso reconhecer que toda avaliação detém procedimentos críticos, possui seu valor maior em seu horizonte desconstrutivo, ou negativo se assim quiser, tendo em vista, exclusivamente, o compromisso coma reconstrução, não com a anulação do aluno.

Assim visto, a avaliação pode ser algo extremamente decisivo, bem como degradante.

Diante desta concepção, compreende-se a avaliação como metas a serem alcançadas, que propiciam saberes que conduzam a conhecimentos e construam valores, sendo um processo contínuo e acompanhado por um planejamento e uma filosofia de educação, sociedade e vida onde ambas se interpenetram e não se separem no meio do caminho.

Todo educador, até mesmo os partícipes do processo de avaliação, são tomados de surpresa diante de instrumentos avaliativos, bem como de filosofias acerca da avaliação, e se depara com situações absurdas da avaliação sendo usadas com punição ou controle pelos professores, numa pratica desnorteada e desarticulada do que seja avaliação, como assim concebe Hoffmann (2006, p. 74).

Tais professores, muitas vezes, seguem determinadas metodologias, sugeridas pelos coordenadores pedagógicos ou imitam seus colegas em determinadas práticas, mas não acreditam realmente no que fazem, não compreende os princípios que alicerçam tal prática e, freqüentemente, desenvolvem uma metodologia “Fantasiada de construtivista”.

É comum se encontrar com professores que dá suas aulas de um jeito e suas avaliações não condiz com a prática, ou vice-versa e não são poucas as vezes que se escuta de professores que vão “botar-pra-quebrar” nas avaliações para punir os alunos, onde está o sentido da avaliação, qual a sua função no processo, de ensino-aprendizagem.

É necessário escolher procedimentos possíveis de desenvolver, analisando criticamente a informação que eles nos permitem obter sobre o que se quer avaliar e segundo os propósitos. Sendo tão variados os objetos da avaliação e os fins com princípios de certas complementares de metodologia e técnicas, cujas seleções deve se realizar em cada caso.

Neste sentido se deve repensar sua prática e principalmente nova concepção. Tendo em vista os seguintes questionamentos, a quem se está servindo a que cidadãos se quer formar?

A avaliação tem se caracterizado como disciplinadora, punitiva e discriminatória, de ação corretiva do professor e os enunciados que emitem a parti dessa correção.

Segundo Hoffmann (2006, p. 90):

Acredito que é urgente aos professores incluir a expressão “ainda”, no deu vocabulário, ou seja, invés de analisar os exercícios dos alunos para responder: acertou ou não acertou, analisa-los para observa quem aprendeu e quem “ainda” não aprendeu. O fato de incluir-se o “ainda” revela que existe a confiança na possibilidade de a criança estar aprendendo

sempre evoluindo permanentemente em suas hipóteses sobre os objetos e os fenômenos.

Nesse sentido permanece-se que a avaliação ou o modelo de avaliação, instrumentos e objetos, ou seja a intencionalidade da avaliação, reflete a postura do educador, suas maneiras de ver posicionamento. Mesmo que o educador tende no seu discurso fugir da sua verdadeira identidade ela vos é revelada, nesse momento.

Como afirma Hoffmann (2006, p. 91):

Os registros da avaliação refletem a imagem de ação desenvolvida pelo professor, tal reflexo tende a ficar nebulosa, falso, quando os códigos a serem utilizado não permitem uma representação clara, nítida, significativa, do que se ‘observou’ e do trabalho realizado junto aos alunos.

Tal postura só será mudada quando houver uma reflexão, um repensar do que seja esse processo de ensino-aprendizagem e conduzindo este permeando esse processo avaliativo, o professor tem que perceber que não é perfeito, e esta sujeito a falhas e erros. Conscientizado dos seus erros surgem uma nova possibilidade de refazer seus caminhos e, portanto, sua identidade. Erro esse também percebido por Hoffmann (2006 p. 94):

O processo da reflexão do adulto também tem uma evolução, negando a possibilidade de errar ao professor, estaremos negando implicitamente uma visão dialética de conhecimento que nos diz que ele não é um caminho de certezas, mas verdades provisórias e sumarias e que dá a parti da duvida, do questionamento processo que acompanha a vida do sujeito, educador e educadores.

Percebe-se que é gritante a dicotomia que os educadores fazer entre educar e avaliar, para alguns professores são todos como momentos distintos e não relacionados. São erros como estes que precisam ser levados a sério e reelaborados, mudando assim alguns conceitos de educadores.

## 2.2 Avaliação como instrumento classificatório e mediador

Conforme as afirmações já apresentadas, pode-se dizer que a avaliação é um processo ambíguo, também contraditório, extremamente complexo e incompleto, que precisa ser mantido sob cautela permanente, para não descaber em atividades agressivas e humilhantes, tipicamente seletivas e excludentes.

A escola precisa rever seu processo avaliativo, tendo em vista ser uma instituição que através da

avaliação seleciona, exclui e classificar, de forma não muito coerente.

Nesse sentido compartilha-se o pensamento de Demo (2005, p. 9):

É preciso reconhecer que toda avaliação detém procedimentos críticos e que esses procedimentos críticos possui seu valor maior em seu horizonte desconstrutivo, ou negativo se assim se quiser, tendo em vista exclusividade, o compromisso com a reconstrução, não com a anulação do aluno. Assim vista, a avaliação pode ser algo extremamente decisivo, bem como degradante.

Por se tratar de um ato decisivo que aponta caminhos ou desvios, caminhos tendo resultados desastrosos e irreversíveis, a avaliação escolar precisa urgentemente reavaliar seus conceitos acerca do processo avaliativo, suas funções e, principalmente, seu objetivo no processo ensino-aprendizagem. Assim sendo, concebe-se a concepção de Demo (*idem*) quando afirma:

Não se avalia qualquer coisa ou de qualquer maneira, mas o que imaginamos importante avaliar e da maneira que melhor corresponderia ao objetivo da avaliação. Se queremos saber se o aluno copia e reproduz conhecimento, basta “prova”. Se queremos que ele saiba pensar, argumentar, questionar prova já não é procedimento adequado.

É importante destacar na fala de Demo questões por ele citadas a respeito de argumentar, pensar, questionar, não só copiar, memorizar. E neste sentido que a escola precisa reelaborar seus conceitos e valores, porque se está lidando com seres humanos, que pensam, que erram, que agem, que têm sentimentos, valores e crenças e não algo programado para reproduzir falas. É notória a urgência da mudança na postura do educador e da escola, para que tenha uma visão ampla e direcionada para melhor compreensão do educando a ponto de auxiliar-los a usufruir seu direito ao ensino no sentido de sua promoção como cidadão participante nessa sociedade.

A avaliação classificatória é uma pratica da avaliação tradicional, o professor elaborar um exercício atribui valores corrige o exercício e com base nessa verificação periódica, toma decisões quanto ao seu aproveitamento escolar, sua aprovação ou reprovação, com afirma Hoffmann (2006 p. 22):

As notas e as provas funcionam como redes de segurança em termos do controle exercido pelo professor sobre seus alunos, das escolas e dos pais sobre os professores, do sistema sobre suas escolas. Controle esse que parece,

não garantiu o ensino de qualidade que pretendemos.

A escola e os professores usam a “prova” como instrumento de controle e punição, mas principalmente como instrumento classificatório, a aprendizagem, o conhecimento são medidas e decidem como utilizar seus resultados se o aluno está apto para seguir em frente ou marcar passo na mesma série. A verdade é que tal sistema classificatório é tremendamente vago no sentido de apontar as falhas do processo, e não apontar as reais dificuldades dos alunos e dos professores porque discriminar e selecionar antes de tudo.

A avaliação tem tomado um caminho totalmente contrário ao seu real sentido, percebemos claramente na falha de Hoffmann (2006, p. 22):

O significado da avaliação na escola alcança um significado próprio e universal, muito diferente do sentido que se atribui a essa palavra no nosso dia-a-dia.

[...] O temeroso é a escola vem perdendo gradativamente o sentido crítico necessário a vida que enfrentamos hoje. A criança e o jovem freqüentam as escolas, mas não “vivem” a escola.

Portanto percebe-se claramente que classificar, separar, selecionar, promover ou reprovar não são funções do processo avaliativo não no seu significado, mas amplo e completo, por isso que a avaliação não pode e não deve ser usado como elemento classificatório. Numa perspectiva mediadora a avaliação passa a ocupar um espaço bem maior e completo no processo ensino-aprendizagem, deixando de ser o ponto final do processo e tornando-se parte fundamental do percurso do conhecimento e, conseqüentemente, da aprendizagem.

Assim afirma Hoffmann (2006 p.27):

[...] numa perspectiva mediadora da avaliação, significa desenvolvimento máximo possível, um permanente “vir a ser”, sem limites preestabelecidos, embora com objetivos claramente delineados, desencadeadores da ação educativa. Não se trata aqui, como muitos compreendem, de não delinear pontos de partida, mas sim, de não delinear ou padronizarmos pontos de chegada.

Diante dessas perspectivas a avaliação mediadora é acompanhar e presta atenção ao educando de forma única e particular compreendendo sua particularidade suas dificuldades e proporcionar momento de recriar, construir e fazer do erro um acerto de uma nova aprendizagem. A avaliação ainda é o fim do percurso ensino-aprendizagem para a grande maioria

dos educadores por ser utilizados como instrumento de classificação para aprovar ou reprovar ou rebaixar o educando.

Essa prática é desastrosa e causa sérias conseqüências segundo Hoffmann (2006, p. 87):

A avaliação tem se caracterizado como disciplinadora, punitiva e discriminatória, como decorrência, essencialmente, de ação corretiva do professor e os enunciados que emite a partir dessa correção...

[...] O sentido discriminatório da avaliação começa nesse momento. As crianças comparam as tarefas, entre - si, o número de estrelinhas, os décimos e centésimos classificam-se, eles mesmos, em burros e inteligentes, e tem sua autoestima abalada a ponto de surgirem bloqueios intransponíveis.

Sabe-se que a escola cumpre exigências burocráticas do sistema, mas, trás exigências, não detém normas, regras de correção e notas, mas sim um resultado final. Portanto, percebe-se a forma de adquirir esse resultado como algo que tem tudo a ver com o educador, ver a avaliação, o educando e a relação escola, vida, se amplas se separam em determinado momento.

Segundo Hoffmann (2006, p.88) uma prática desordenada tem prejuízos mas profundo do que notas: “O que denuncia, em relação a pratica tradicional, e o serio prejuízo que tais procedimentos classificatórios trazem ao desenvolvimento sócio-afetivo dos alunos”.

A prática avaliativa pedagógica metodológica está intrinsecamente ligada com questões afetiva, e não pode, nem teve ser preparada de forma cognitiva. Nesse sentido a avaliação torna-se um encantamento, acompanhamento e não uma constatação, um ponto final.

### 2.3 Como trabalhar o erro em avaliação

Tradicionalmente vive-se no erro, como um motivo de castigo, recriminação, por causa de um erro cometido alguns educadores já ficou de castigo, certamente se lembra de algum momento de constrangimento diante dos colegas, em virtude de uma resposta em desacordo com aquela pretendida pelo professor? Era essa uma visão negativa do erro, a utilização inadequada de uma situação em que poderia construir um conhecimento e não desconstruí-lo. Infelizmente não pode-se afirmar que nos dias atuais seja totalmente diferente. Castigo em conseqüência do erro ainda se verifica com freqüência, apenas acontece de uma forma mais branda, ou pelo menos sem um caráter tão agressivo como no passado, mas, infelizmente, ainda está presente, vivo.

Libâneo (1994, p.49) diz que “o castigo não desapareceu da escola, ele manifesta-se de outras maneiras, que não atingem imediatamente o corpo

físico do aluno, mas sua personalidade [...]”.

Há maiores evidências nos dias atuais para castigos decorrentes do erro que não se caracterizam fisicamente agressivos, mas que não são menos traumatizantes, portanto, atuam na personalidade do sujeito, em seu psicológico, são situações geradoras de medo, tensão, ansiedade e todos sabem que estes sentimentos são produtores de situações negativas na vida não só do aluno, como de qualquer pessoa.

Muitas vezes uma resposta certa deixa de ser expressa por causa do medo de fazer um comentário errado e quem o fez ser ridicularizado diante dos outros, do ambiente em que se encontra.

Urgentemente torna-se necessário compreender que não se pode associar o erro com castigos, este, portanto, precisa ser extinto das escolas, nenhuma situação, seja e ela qual for, deve permitir a utilização do castigo como meio de repreender um erro cometido pelo aluno. A avaliação não pode ter função de castigar, não pode encarar o erro como fonte inerte de aprendizagem. Portanto, o erro é fonte geradora da aprendizagem. O erro deve ser visto, ainda, como uma situação que dará possibilidades a novos acertos, é dele que uma nova expectativa surgirá e, portanto, o conhecimento estará sendo construído.

Conhecer o que o aluno não sabe é tão importante quanto saber o que ele sabe logo fazer dessa situação produtiva, uma situação de castigo e repressão é abrir mão de um excelente motivo de buscas e conquistas para o próprio aluno. Conhecer o erro é importante, mas não para fragilizar o aluno, como se aquele erro fosse inadmissível e sim para compreendê-lo e saber como trabalhar esse erro e, assim, conduzir o aluno ao acerto.

É o que diz Libâneo (1994, p. 49): “o professor normalmente não está interessado em descobrir quem sabe o que foi ensinado, mas sim quem não aprendeu”.

O fato de que um ou vários alunos aprenderam é algo a ser pensado pelo próprio professor, este deve perguntar-se por qual motivo não houve aprendizagem esperada, analisar quem não aprendeu numa perspectiva mais próxima dele mesmo e dos alunos. Percebe-se que o ensino é uma troca de experiências, nesta troca estão professores e alunos, assim, quem não aprendeu, não conseguiu por algum motivo, o qual pode ter sido entre outras causas, a forma como o professor conduziu o conteúdo.

Percebe-se muito nas situações práticas nas escolas, que a simples ameaça do castigo já é suficiente para amedrontar o aluno e essa ameaça é algo que acontece de forma quase inconsciente por parte do professor. Muitas vezes não percebe o que está fazendo, mas suas palavras traduzem-se sim em ameaça, o que vem a ser um castigo por antecipação.

Diz, ainda, Libâneo (1994, p. 50), que:

O aluno sofre por antecipação, fica na expectativa do castigo que poderá vir e numa

permanente atitude de defesa. São as ameaças de futuras repressões, caso os alunos não caminhem bem nas condutas que devem ser aprendidas, sejam elas cognitivas ou não. Eram e são freqüentes expressões como: vou me comunicar com os pais de vocês, pois não estão aprendendo nada.

Se diante de uma situação de erro, a expectativa criada pelo professor é produtiva, ela certamente irá gerar no aluno um sentimento agradável com o qual ele construirá o saber em cima daquele conteúdo que não havia assimilado bem. No entanto, o clima criado pelo professor, tem um tom ameaçador, essa atitude promoverá uma atmosfera de medo e angústia. Quando o professor Libâneo afirma que muitas vezes o professor faz ameaças futuras, mostra que tais ameaças projetam-se diretamente na mente do aluno e é neste momento que, ao em vez de construir um conhecimento, ele irá desconstruir aquele que já existe.

E inconcebível que atitudes como estas ainda façam parte da prática escolar nos dias atuais, no que refere a avaliação que para muitos, ainda busca só o erro. O que faz muitas vezes o professor corrigir uma prova enaltecendo os acertos, mas sim os erros, pois são estas as buscas mais freqüentes, é deles que o próprio “tira” os pontos dos alunos, se são atividades realizadas na sala de aula, é através da ameaça de tirar pontos, que o professor consegue a sua atenção, o aluno se mantém estático, porém, sua mente não está voltada para a atividade realizada, ou para o conteúdo exposto, mas para o medo gerado pelas palavras do professor.

Ainda comenta Libâneo (1994, p.54):

Haverá muito trabalho psicológico futuro para que crianças e jovens de hoje se libertem de suas fobias e ansiedades, que foram se transformando em hábitos biopsicológicos inconscientes. Hábitos criados pelo medo que, com certeza, não serve para nada mais do que garantir uma submissão internalizada. O medo talhe a vida e a liberdade, criando a dependência e a incapacidade de ir sempre em frente.

A consciência mais grave trazida pelo medo não é aquela momentânea, mesmo sabendo o quanto esta é prejudicial, o problema não pára por aí, desenvolve-se em um problema bem maior no futuro, dependendo da situação, as conseqüências de uma atmosfera negativa podem fazer parte de alguém pelo resto da vida. Quem é que não se recorda de uma situação de medo ou constrangimento pela qual passou e que, mesmo que tenha superado, nunca esqueceu. E quem nunca conseguiu superar?

Percebe-se a importância de encerrar o erro do aluno como algo construtivo e não destrutivo. Um dos mais falados objetivos dos dias atuais é fazer

com que o aluno possa ter sociabilidade, para viver e atuar na sociedade de forma consciente e autônoma se atuamos e avaliamos os alunos de forma desconexa com tal objetivo, estamos transformando os alunos em adultos submissos e frustrados, sem coragem nem iniciativa para tomar decisões importantes em sua vida. Enquanto isso acontece é tirada a liberdade e criada a sua dependência.

São essenciais as palavras de Libâneo (1994, p.53):

Nessa perspectiva, a observação e a compreensão do uso do erro na prática escolar revelam que a questão é bem mais amplo do que somente o fato de proceder a um pequeno castigo de um aluno individualmente. A trama das relações sociais, que constitui o tecido da sociedade predominantemente conservadora na qual vivemos, tem uma força determinante sobre as condutas individuais. Tal força é medida por múltiplos mecanismos, dentre os quais a culpa e o medo por meio do castigo.

É bem mais complexo o leque de situações em que se verifica a ação do medo ou do castigo, como já dito, é muito mais que simples coação momentânea, é atitude refletida nas diversas relações sociais. A conduta de alguém é muitas vezes pré-determinada, se é submissa ou autônoma, tudo vem de um delicado processo de desenvolvimento pessoal, parte de todo esse processo tem início na escola.

O professor pode transformar um erro em uma base através da qual estará construindo o conhecimento de seu aluno. Portanto, através do reconhecimento do erro, o educador pode transportar o educando a uma situação de superação que certamente indicará diretamente na formação de sua personalidade.

O medo que o aluno tem diante do conhecimento por parte do professor e dos outros alunos, de que ele cometeu um erro pode também transformar-se em vontade acertar, sem nenhum sentimento de culpa ou de tensão. Atividades que desenvolvam tais sentimentos de coragem e determinação devem fazer parte do cotidiano escolar, assim é fácil compreender o processo de construção do conhecimento pelo erro, fazendo deste um instrumento a seu favor.

O erro deve ser analisado e não agregado a personalidade do aluno se ele releva o pensamento do educando, deve ser utilizado a seu favor e não contra ele. O erro não é um espelho onde toda vez que o aluno se olhar vai encontrá-lo estático, parado no tempo, deve servir tão somente para com ele observar o possível acerto e dele trocar novos caminhos mais válidos e produtivos.

A correção de uma atividade deve ser realizada de forma eficaz e sob um ponto de vista mais amplo, analisando-se todo o contexto e não somente especificando uma questão que aponte um erro, mas todas as possibilidades possíveis para ele. Percebe-se, portanto, que o erro encarado sob o ponto de vista da avaliação tradicional não pode mais ser realizada na educação dos dias atuais, deve ser olhado de uma outra forma, como um degrau a ser superado pelo aluno, para tanto é inevitável a participação construtiva do professor.

### 3 Considerações Finais

A avaliação é um processo que se permite fazer uma autoavaliação de si, é um percurso percorrido para conhecer e compreender o outro. Partindo desse princípio compreendemos que avaliar é perceber, compreender e direcionar, proporcionando caminho e recriando significados para possibilitar um novo contexto dentro de uma realidade própria do aluno onde as escolas apenas mediam e intervêm levando em conta suas particularidades e realidade socioculturais.

Entendemos com os estudos realizados que a concepção dos professores acerca do tema avaliação na grande maioria não condiz com sua prática, ocasionando frustrações, desinteresses, desencantos e desvios dos caminhos para grande parte do educando, por ter sido vítima de um diagnóstico, mal objetivado e mal avaliado.

Após estudos com alguns autores, concluímos que avaliar vai muito além que verificar medir ou promover. Avaliar é um “estar perto”, é um olhar atento particular íntimo entre educando e educador em busca de uma forma para melhor compreender a processo de ensino.

### 4 Referências

DEMO, Pedro. **Ser professor é cuidar que o aluno aprenda**. Porto Alegre: Mediação, 2004.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação Mediadora**: Uma prática em construção da pré-escola à universidade. Porto Alegre: Mediação, 1998.

\_\_\_\_\_. **Avaliação**: mito e desafio: uma perspectiva construtivista. Porto Alegre: Mediação, 2005.

\_\_\_\_\_. **Pontos e contrapontos; do pensar ao agir em avaliação**. Porto Alegre: Mediação, 2005.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. Coletânea Magistério. Série formação do professor. São Paulo: Cortez, 1994.